



## SALTO PARA A MORTE

# Ponte de onde jovem foi jogada vai abaixo

Secretaria do Patrimônio da União estudará a melhor forma de destruir a estrutura, que há muito está abandonada. Governo federal atende à solicitação de prefeituras locais, que alegam não ter como vigiar e impedir que espaço seja usado

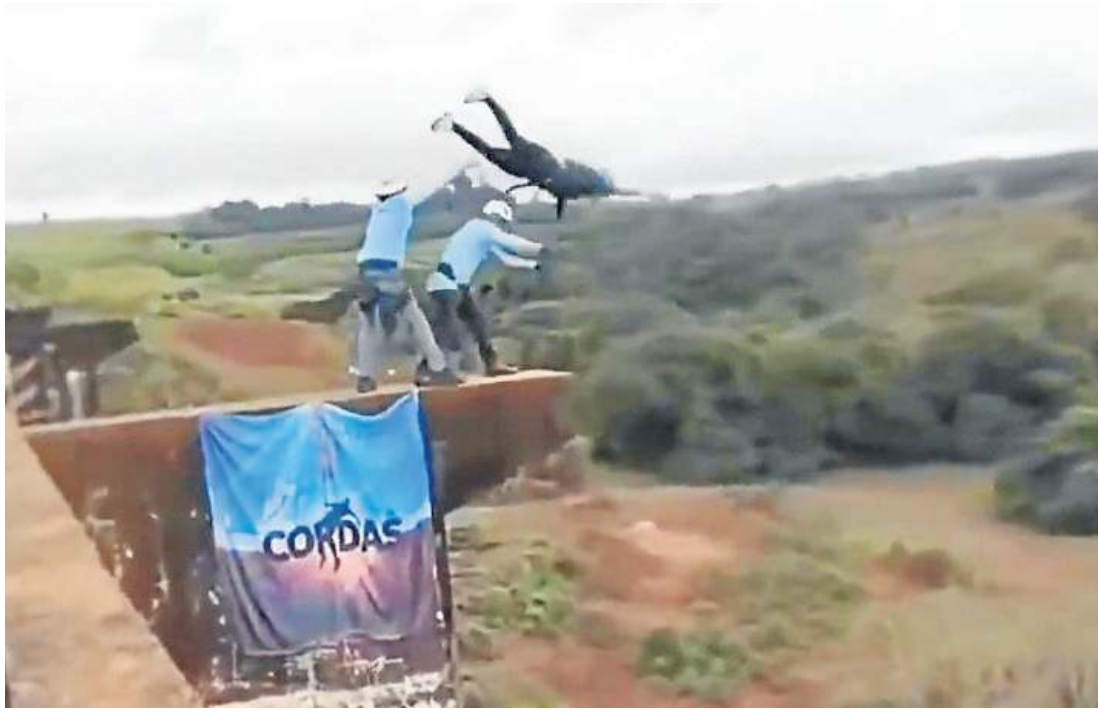
» FABIO GRECCHI

Reprodução/EPTV

O governo federal estuda demolir a Ponte do Esqueleto, onde Maria Eduarda Rodrigues morreu ao ser arremessada sem a carga de segurança para a prática do rope jumping. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) deu início, ontem, aos estudos que podem levar à dinamitação da estrutura, que está há décadas abandonada — e tornou-se motivo de confronto entre a Prefeitura de Limeira e a União sobre a responsabilidade da morte da jovem, no sábado.

Porém, antes de colocar a estrutura abaixo, a ponte será interditada com a instalação de estruturas sólidas, mais difíceis de serem removidas e que desestimulam os caçadores de aventuras e esportes radicais. Isso porque a implosão é um processo que pode exigir licitação e licenças ambientais.

A ponte fica em um ramal ferroviário da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) jamais ativado, entre os municípios de Limeira e Cordeirópolis. Há mais de uma



Maria Eduarda foi lançada sem cordas da ponte. SPU avaliará a melhor maneira de destruir pilares e vigas

década, o local é utilizado para o rope jumping e o bungee jump (no qual a pessoa que salta fica pendurada pelas pernas em uma corda

elástica). Após a morte de Maria Eduarda, as prefeituras dos dois municípios atribuíram a responsabilidade pelo local à União. Já

o Executivo federal afirmou caber às prefeituras impedir o acesso de pessoas e fiscalizar as atividades clandestinas na estrutura.

Na segunda-feira, representantes das prefeituras se reuniram em busca de um consenso com representantes das câmaras de vereadores locais, da SPU e da Advocacia-Geral da União (AGU). O prefeito de Limeira, Murilo Félix (Podemos), insistiu na implosão como solução e conta com a concordância da prefeita de Cordeirópolis, Cristina Saad (União). “É urgente que todos ajam neste momento para evitar outras tragédias”, disse.

### Vilipêndio

A morte de Maria Eduarda, porém, tornou-se um questão política por conta de postagens nas redes sociais. A deputada federal Erika Hilton (PSol) protocolou pedido à Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal (PF) para a instauração de inquérito contra usuários da rede social X (antigo Twitter) por publicações que sugerem vilipêndio de cadáver e necrofilia em relação a jovem. Segundo a parlamentar, foram publicados comentários que, como ressaltou, “não apenas ultrajam a

memória da vítima, mas que expressamente incentivam, celebram ou tratam com humor e aprovação a prática de violência sexual contra seu cadáver, mediante referências à necrofilia e ao estupro da vítima falecida”.

A representação de Erika Hilton anexou uma lista de perfis e publicações que, segundo a deputada, continham referências explícitas à prática de atos sexuais violentos contra o corpo da vítima e representariam ultraje à memória e à dignidade da jovem. A parlamentar sustenta que as condutas podem se enquadrar no crime previsto no artigo 287 do Código Penal, por supostamente incentivar, exaltar, naturalizarem e difundirem a violência sexual. Ela também pede a apuração do crime previsto no artigo 212 do Código Penal, referente ao vilipêndio a cadáver.

Erika frisa no ofício à PF que as publicações contribuíram para a banalização da violência sexual e para a disseminação da misoginia nas redes sociais. (Com Agência Estado)

## SAÚDE PÚBLICA

# Anvisa volta avaliar a vacina da dengue

» RAFAELA BOMFIM\*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) instituiu, ontem, um grupo de trabalho para aprofundar a análise da segurança da vacina contra a dengue Butantan-DV, desenvolvida pelo Instituto Butantan. A medida ocorre em meio ao monitoramento dos eventos adversos notificados após a aplicação do imunizante. O objetivo é reunir evidências científicas para subsidiar a avaliação do perfil de benefício e risco do produto.

O colegiado prestará suporte técnico aos especialistas, que virão de fora da Anvisa. Analisarão informações clínicas, epidemiológicas

e dados de farmacovigilância relacionados às ocorrências registradas após a vacinação que gerou problemas.

Segundo a Anvisa, esse processo de farmacovigilância permite identificar possíveis riscos associados aos imunizantes depois do início da aplicação em larga escala. É considerada uma etapa fundamental para garantir a proteção da saúde pública e a confiança nas estratégias de imunização.

Entre as atribuições previstas para o grupo estão a avaliação de documentos complementares enviados pelo Instituto Butantan, a elaboração de

Renato Rodrigues/Comunicação Butantan



Butantan-DV apresentou reações e será escrutinada por especialistas

relatórios técnicos, a solicitação de informações adicionais ao fabricante e a consulta a bancos

de dados nacionais e internacionais de vigilância sanitária. Os resultados das análises serão

encaminhados à Diretoria Colegiada da Anvisa.

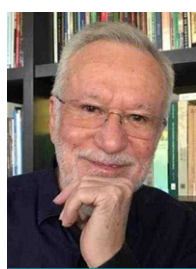
Os especialistas serão escolhidos de acordo com a experiência e a qualificação em temas relacionados à vacina. A criação do colegiado ocorre oito dias após o Ministério da Saúde anunciar a suspensão temporária da vacinação com o imunizante do Butantan. A interrupção foi adotada de forma preventivamente.

Dados do Ministério da Saúde mostram que aproximadamente 500 mil pessoas receberam a vacina do Butantan até o fim de maio. Nesse universo, foram registradas 3.703 notificações de eventos adversos. Entre os relatos, 42 pacientes apresentaram sinais de alerta compatíveis com dengue grave — como dor abdominal intensa, vômitos persistentes e episódios de sangramento.

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

### » Idade menor para dirigir em análise

A Comissão Especial para discutir as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro pode aprovar, hoje, o projeto de lei que cria a Permissão para Dirigir que prevê a mudança da idade mínima de 18 para 16 anos para tirar a Carteira Nacional de Habilitação. O texto propõe uma reforma extensa no CTB para facilitar o acesso à CNH, diminuir a burocracia e modernizar a legislação. O PL 8.085/14, relatado pelo deputado federal Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), autoriza adolescentes de 16 a 18 anos a dirigir veículos das categorias A e B com a supervisão de alguém habilitado há no mínimo dois anos. O projeto também delimita o horário: adolescentes só poderão dirigir das 5h à meia-noite.



ALEXANDRE GARCIA

O QUE A CORTE ITALIANA DENUNCIA AGORA, SOBRE VIOLAÇÃO DE GARANTIAS FUNDAMENTAIS, JÁ SE CONHECE NO BRASIL HÁ SETE ANOS. RELATOR E JULGADOR NÃO PODE SER A VÍTIMA OU ALVO DA AÇÃO

# O rei está nu

No berço do direito romano, a Corte Suprema de Cassação desnudou o Supremo Tribunal brasileiro na sentença que impediu a extradição da ex-deputada Carla Zambelli pedida originalmente pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele foi expressamente citado como juiz impossível, já que seria a vítima da emissão falsa de uma ordem de prisão ironicamente assinada por ele próprio. Já tinha havido recusas de extradições de refugiados brasileiros, na Espanha, na Argentina, nos Estados Unidos, mas

não com a veemência da Corte italiana, nem com o significado de que tenha sido no lugar onde nasceu o direito romano, disciplina essencial para quem quiser ser advogado em Munique, em Joanesburgo, em Beirute, Washington ou Brasília — enfim, em qualquer dos cinco continentes. A voz de Roma é ouvida no Brasil como o grito do menino da fábula: “O rei está nu!”.

A narrativa moral é de Hans Christian Andersen. O dinamarquês contou que um rei vaidoso fora enganado por dois supostos

tecelões-alfaiates, que o convenceram de que fariam a mais linda veste do mundo, bordada com ouro e joias que o monarca lhes fornecesse, mas que não seria percebida por ignorantes. Só os inteligentes poderiam desfrutar da visão maravilhosa da vestimenta real.

Os áulicos e cortesãos que fiscalizaram o trabalho, não querendo passar por néscios, elogiaram as confecções. O rei convocou os súditos para a estreia da roupa, enquanto seus arautos se encarregavam de explicar quem poderia enxergar tamanha beleza. Os espertalhões “vestiram” o rei, que assim foi para o desfile pelas ruas — e todos aplaudiram a bele-

za que “cobria” sua majestade. Até que um menino, na sua pureza, anunciou a verdade: “O rei está nu”.

O que a Corte italiana decidiu foi o óbvio, o já sabido por quem tem mínima noção de direito ou algum conhecimento e informação. Já sabemos desde março de 2019, quando o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, sem a iniciativa essencial do Ministério Público — como manda a Constituição —, criou o Inquérito 4.781. E sem o sorteio regulamentar, nomeou Moraes seu relator. Em junho de 2020, depois de ano e meio de aplicação de restrições e penalidades em muita gente, 10 ministros do Supremo, certamente por inspiração corporativa, julgaram legal o

inquérito, acompanhando o relator, hoje presidente do Supremo, ministro Edson Fachin.

O único que gritou “O rei está nu”, com voto contrário, ministro Marco Aurélio de Mello, batizou a ação de “inquérito do fim do mundo”. E hoje já tem mais de sete anos, com 14 prorrogações, confirmando o apelido. Talvez a Corte romana não saiba disso, o que se constituiria num agravante, mas já mostrou que o amplo direito de defesa fora esquecido, assim como a lisura de um devido processo legal, além da visível perseguição política.

O que a Corte italiana denuncia agora, sobre violação de garantias fundamentais, já se conhece no Brasil há sete anos. Do berço do

direito romano vem um aviso: o relator e julgador não pode ser a vítima ou alvo da ação. Isso é motivo para anular o Inquérito 4.781, maior que o simples CEP de Curitiba, pretextado para anular condenações da Lava-jato.

Mas, como os súditos da fábula, muitos veem que o rei está nu e não ousam emitir o grito da verdade, o grito do menino da fábula. Pode ser por medo de se incompatibilizar com um tribunal que pode julgá-los, ou de perder os recursos que os sustentam, ou porque o rei continuar desfilando desnudo ajuda a vestir o manto de sua ideologia. A fábula está atualizada no Brasil de hoje, em tempos em que se recusa a ver o óbvio.